

## **Cidades Rebeldes:** apropriação dos espaços públicos e os movimentos sociais urbanos.

Julia Giles Wünsch<sup>1</sup>

RESENHA: David HARVEY. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

*“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.”*

*(Milton Santos)*

As cidades são expressões das relações sociais que os homens criam, são reflexos de tantas vidas urbanas que se misturam cada uma a sua cultura e a sua história. Em pleno século XXI, seria difícil negar que é nas cidades que se concentram as energias do capital; no entanto, é nelas também que se travam as arenas de disputas sobre novas formas sociabilidade. Os movimentos sociais urbanos que eclodiram a partir do avanço do neoliberalismo mundial são exemplos emblemáticos da indignação das pessoas diante do que a vida urbana representa nesse estágio do sistema capitalista. Nesse sentido, David Harvey, geógrafo inglês e professor emérito de antropologia social na City University of New York (Cuny), é um dos grandes teóricos marxistas que tem buscado contribuir com novas formas de pensar a sociabilidade nas cidades. Seu trabalho mais recente – “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana” – consiste em uma crítica ao modelo capitalista de produção e possui um caráter quase de manifesto: uma reivindicação pela retomada do direito à cidade, um clamor por cidades que sejam rebeldes.

O direito à cidade representa a reivindicação dos homens em criar, transformar, decidir sobre a produção do espaço da cidade. O conceito remete à obra seminal de Henri Lefebvre – “O direito à cidade” –, na qual o sociólogo e filósofo francês propõe, de forma ofensiva (como o próprio autor qualifica), pensar a prática do direito à cidade como uma forma de reivindicar uma vida urbana a partir de uma democracia renovada. Para Harvey, pensar que

---

<sup>1</sup> Bacharela em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bacharela em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Email: julia\_wunsch@hotmail.com.

tipo de cidade desejamos envolve inexoravelmente pensar no tipo de pessoa que desejamos nos tornar.

Harvey organiza sua linha argumentativa em duas seções. Na primeira seção, apresenta uma reflexão acerca da acumulação capitalista e sua relação com os processos de urbanização. Realizando uma crítica ao marxismo tradicional, Harvey afirma que os processos de urbanização devem ser compreendidos dentro da teoria geral das leis que regem a circulação do capital. Desta forma, o autor elucida o papel ativo dos processos de urbanização na absorção dos excedentes inerentes à acumulação capitalista, demonstrando, através de três exemplos históricos, como a urbanização foi utilizada como forma de solucionar o problema econômico – absorção de excedentes –, e o problema social – desemprego – engendrados pelos processos de acumulação de capital.

O primeiro exemplo refere-se à crise de 1848 na Europa Central e Oriental, quando diversos movimentos revolucionários irromperam contra os regimes governamentais autocráticos e as desigualdades sociais e econômicas. Paris foi uma das cidades que mais sofreu os efeitos dessa crise, que resultou em uma repressão violenta dos revolucionários e no golpe de Estado de Luís Bonaparte. O autoproclamado imperador Napoleão III impôs como forma de solucionar o problema da absorção do capital excedente um vasto programa de investimentos infraestruturais, inaugurando uma das maiores reformas urbanas realizadas até então, que viria a ser comandada por Haussman.

O segundo exemplo empregado por Harvey diz respeito aos Estados Unidos no período pós Segunda Guerra Mundial. Na época, o país vivia o momento subsequente à política macarthista, com forte repressão aos movimentos com inclinações socialistas e um gradativo empobrecimento das pessoas após o fim das guerras. Dirigido por Robert Moses, novamente a saída para o problema econômico fora uma reformulação das cidades – no entanto, agora em uma escala metropolitana em Nova York – que posteriormente viria a ser implementada em escala nacional. Foi nesse processo que surgiram os grandes subúrbios e as highways.

Por fim, o terceiro exemplo remete à crise econômica de 2008. Na década de 1990, ocorreram diversas crises no mundo. No caso dos Estados Unidos, houve a quebra do setor de alta tecnologia, o que levou o mercado imobiliário a se tornar um importante estabilizador da economia americana. Na década seguinte, com a evolução dos sistemas de empréstimos, securitização de créditos e criação de subprimes, o mercado imobiliário passou a depender

cada vez mais do sistema financeiro, o que resultou, em 2008, em uma “bolha” imobiliária que tomou proporções globais.

Passando a analisar a conjuntura mais atual, Harvey realça o caráter monopolista do capitalismo, afirmando que os processos de urbanização contemporâneos se realizam através da destruição criativa, no qual há um movimento homogeneizante das cidades a partir de formas secundárias de extração da mais-valia. Em outras palavras, o mercado imobiliário procura constantemente novos nichos de investimento, exercendo práticas como a expulsão e a desapropriação de áreas populares para dar lugar a shoppings, condomínios de luxo, boutiques, etc. Desta forma, a expansão do processo urbano se realiza ao mesmo tempo na transformação do estilo de vida, criando cidades fragmentadas, onde aqueles com menor poder econômico e político ficam fadados a microcréditos e políticas habitacionais que se efetuam prioritariamente nas periferias. Como combater esses movimentos de espoliação urbana e econômica? Para Harvey, a saída deve ser através da reivindicação do controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Ainda que não afirme medidas concretas para obtenção desse controle, Harvey aponta como possibilidade de uma ação inicial a criação de bens comuns urbanos. O autor afirma que as cidades possuem espaços públicos que sofrem constantemente com as práticas predatórias do capitalismo e o seu empreendedorismo urbano (caracterizado pela busca de rendas de monopólio). A questão, nesse sentido, reside em apropriar-se desses espaços através da prática social de comunalização desses locais, tornando as praças, ruas e parques em espaços de efetivação da ação social coletiva e política de reivindicação do direito à cidade.

Seguindo com esta argumentação, na segunda seção do livro, Harvey passa a discutir os movimentos sociais urbanos mais recentes e a luta anticapitalista. Um ponto central, para Harvey, é identificar quem são os sujeitos revolucionários. Diferentemente do marxismo tradicional, que invoca como ‘classe trabalhadora’ exclusivamente os operários fabris, Harvey – alicerçado pelos estudos de Lefebvre – afirma a necessidade de ampliação desse conceito, incorporando todos trabalhadores que produzem e reproduzem a vida urbana. O autor vai mais além, defendendo que “as lutas dos trabalhadores contra a recuperação e a realização da mais valia nos espaços em que eles vivem devem ter o mesmo status das lutas nos diferentes pontos de produção da cidade” (p. 250).

Harvey busca ressaltar possibilidades de formas de reação ao sistema capitalista. Uma questão que se coloca ao longo de suas indagações, então, é como tornar os movimentos

sociais urbanos que se situam nos espaços locais em integrantes de uma luta global. Apesar de não oferecer respostas concretas para esse questionamento, Harvey aponta, através de inúmeros exemplos históricos, o potencial desses movimentos. Um exemplo utilizado referente ao Brasil é o orçamento participativo de Porto Alegre. O autor afirma que medidas como essa, ainda que pareça uma iniciativa reformista, ensejam camadas mais profundas de possibilidades para ações radicais; além disso, elas proporcionam a esperança da realização de uma vida urbana que não seja regida apenas pela lógica do capital.

Olhando para revoltas mais recentes, Harvey dedica uma atenção especial ao caso de El Alto na Bolívia. Utilizando pesquisas de cientistas sociais em Cochabamba, El Alto e Santa Cruz, Harvey busca pensar como as insurreições urbanas podem se colocar como movimentos anticapitalistas. El Alto originalmente era um subúrbio satélite da cidade de La Paz, concentrando uma população muito pobre, de imigrantes, camponeses expulsos de sua terra, trabalhadores industriais desalojados e refugiados de baixa renda de La Paz. Entre 2000 e 2005, El Alto foi cenário de uma série de revoltas populares contra as políticas neoliberais, principalmente aquelas que intervinham no valor dos recursos naturais, engendradas pelo Estado governado por uma elite tradicional branca. Em meio a uma composição social etnicamente diversificada, concentrando inúmeras histórias de vidas marcadas pela desigualdade econômica, englobando tantos trabalhadores informais, El Alto conseguiu tornar-se uma ‘cidade rebelde’, uma cidade com corpo político ativo, baseada em formas organizativas democráticas com participação direta e coletiva. Desse modo, transformou-se um espaço genuinamente heterotópico (conforme conceito de heterotopia de Lefebvre), ou seja, um espaço social onde ocorre ‘algo diferente’, que “não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana” (p.22). El Alto é uma ‘cidade rebelde’ porque, através da ação coletiva, abriu margem para a criação de algo radicalmente novo.

Inspirado pelo exemplo de El Alto e pelo movimento Occupy Wall Street, entre outros, Harvey faz, no último capítulo, um apelo para os movimentos futuros. O autor afirma que esses precisam ser mais integradores, no sentido de realizarem coalizões amplas entre estudantes, imigrantes, trabalhadores, enfim, todos os insatisfeitos e descontentes com o sistema capitalista. Harvey esboça uma utopia social equilibrada, na qual almeja que as cidades sejam apropriadas a partir de um significante coletivo, global e local. Para tanto, a

estratégia principal deve ser a criação de espaços comuns, onde se reivindique um poder democrático sobre as decisões que produzem e reproduzem a sociabilidade e os espaços da cidade.

O livro *Cidades Rebeldes* nos apresenta a visão contundente e inspiradora de David Harvey acerca do futuro das cidades. Trata-se de uma leitura essencial para aqueles que participam de movimentos sociais, pois ao longo de seu texto se encontram inúmeras sugestões de formas de organização e de ações que sejam críticas ao sistema capitalista. Para aqueles com interesse estritamente acadêmico, o livro apresenta uma análise histórica rica que consegue articular de forma envolvente os conceitos marxistas. Mais do que isso, porém, o trabalho de Harvey é leitura recomendável para todo cientista social que, independentemente de seu tema de estudo, queira compreender os processos contemporâneos de acumulação capitalista.